



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638449 - SP (2021/0000888-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : AMOS DA FONSECA FREZ E OUTRO
ADVOGADOS : AMÓS DA FONSECA FREZ - SP162536
KELLY ROCHA OLIVEIRA - SP372081
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : E N DA S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de E. N. da S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 2238746-21.2020.8.26.0000).

O paciente, preso cautelarmente desde 11/10/2019, foi denunciado pela prática em tese dos crimes previstos no art. 217-A, *caput*, c/c o art. 226, II e o art. 71, e no art. 215-A, *caput*, c/c o art. 226, II, todos do Código Penal, em relação à vítima R. A. S., bem como no art. 217-A, *caput*, c/c o art. 226, II, e o art. 71, todos do Código Penal, em relação à vítima Y. V. N. S.

Os impetrantes sustentam a ilegalidade da prisão preventiva por excesso de prazo derivado de inércia judicial.

Alegam, ademais, a inidoneidade dos motivos da custódia cautelar.

Requerem, liminarmente, a liberdade provisória do paciente. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente